



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM- 27 a 28 de agosto de 2007

Procedimentos metodológicos para análise do desempenho de ONG's em projetos de turismo sustentável – sugestão de modelo¹

Marina Wöhlke, MSc²

Universidade do Vale do Itajaí

Resumo

O turismo enquanto fenômeno da atualidade é entendido nesta reflexão como uma atividade de caráter global cujo desenvolvimento deve nortear práticas sustentáveis, muitas vezes desenvolvidas por instituições do terceiro setor no processo de planejamento turístico de núcleos receptores. Objetivando o desenvolvimento de um modelo metodológico para análise da atuação destas ong's no turismo, a pesquisa estudou e analisou os principais documentos que estabelecem critérios de desenvolvimento do turismo sustentável. Este modelo de análise considera na sua totalidade, cinco pontos essenciais para a gestão de qualquer projeto ligado à atividade turística alternativa / sustentável.

Palavras-chave: turismo sustentável, terceiro setor, planejamento e gestão.

Introdução

O turismo enquanto fenômeno sócio cultural da atualidade é entendido neste artigo como uma atividade global cujo processo transcorre de maneira sistêmica. Seu desenvolvimento implica no planejamento e na gestão dos territórios em que o fenômeno transcorre, envolvendo o patrimônio natural e cultural das localidades, por meio da transformação do espaço e da movimentação econômica natural que o mesmo ocasiona.

Um dos pressupostos deste desenvolvimento se dá pela integração entre os setores públicos, privados e a sociedade civil organizada (terceiro setor) na construção de políticas de turismo que possam garantir a sustentabilidade de tal atividade, tão complexa e tão abrangente.

Na discussão da sustentabilidade, muitos valores estão intimamente ligados no processo de identificação das potencialidades turísticas de um núcleo receptor, bem como nas etapas de planejamento, gestão e controle da atividade turística. Estes valores retratam os interesses de

¹ Trabalho apresentado ao GT – Interfaces com a Gestão de Negócios do IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo.

² Bacharel em Turismo e Hotelaria, especialista em Planejamento e Marketing e mestre em Turismo e Hotelaria pela UNIVALI – SC. Atua como docente no ensino superior nos cursos de graduação em turismo na UNIVALI e na Faculdade Cenecista de Joinville, onde desenvolve projetos de pesquisa e extensão. Trabalha na Secretaria de Turismo de Porto Belo – SC e no mercado de consultoria em planejamento turístico. marinawc@uol.com.br

uma sociedade sobre as atividades que a mesma desenvolve, sejam interesses econômicos, políticos ou mesmo ambientais.

Neste caso, o trato com tais “valores” mediante as necessidades das sociedades envolvidas com o fenômeno do turismo, torna-se a cada dia um desafio para os planejadores do turismo nas localidades.

Muitos dos projetos turísticos desenvolvidos hoje, no Brasil, originam-se de instituições do terceiro setor, na sua grande maioria ong’s, que tem como atividade primária a preservação e conservação do meio ambiente natural. Como estratégia de monitoramento do turismo em localidades sensíveis ao fenômeno pode-se perceber a necessidade de um instrumento que pudesse analisar a viabilidade destes projetos turísticos, “seus valores” e sua interferência “sustentável” nas sociedades envolvidas. Neste sentido, o *modelo metodológico de análise* que se pretende apresentar neste estudo, é uma tentativa de auxílio ao processo de planejamento destas destinações.

Pretende-se com este artigo, apresentar sugestões metodológicas para analisar o desempenho de instituições do terceiro setor (em especial ong’s) em projetos de turismo sustentável. Tais sugestões originam-se dos resultados de uma pesquisa que compôs dissertação de mestrado, a qual apresenta a atuação do terceiro setor no turismo alternativo, numa análise do desempenho das ong’s ambientalistas no Brasil, em 2005.

A discussão deste artigo inicia com o entendimento conceitual das palavras-chave do trabalho, aprofundando com o suporte teórico utilizado na criação do *modelo de análise* e fecha com a discussão deste mesmo, sugerido como instrumento de avaliação de projetos em turismo.

O turismo sustentável enquanto paradigma de desenvolvimento

O turismo sustentável, e, antes dele, todos os paradigmas³ e conceitos sobre o “desenvolvimento sustentável”, são temas que refletem a preocupação constante do ser humano com os cuidados necessários que este possui com o meio ambiente ecológico, a

³ O conceito de paradigma é entendido como exemplo que serve como modelo, padrão, estabelecido pela e para a sociedade conforme entendimento da pesquisadora.

sobrevivência econômica da sociedade e os aspectos sócio-culturais que o fazem interagir com o espaço onde este se encontra.

A medida que se entra neste novo século, vai ficando mais evidente o crescimento das ações “neoliberais”, regras e políticas econômicas estabelecidas pelos países desenvolvidos e “dominadores” e suas instituições financeiras (Banco Mundial, FMI e OMC). No entanto, é preciso analisar que esta “nova economia” está gerando de forma progressiva uma série de efeitos prejudiciais à própria sobrevivência humana no planeta terra. Se formos considerar alguns destes efeitos, citaríamos sem dúvida o aumento da desigualdade e exclusão social, deteriorização rápida e extensa do espaço natural em função desta economia “áspera” e incentivadora da livre exploração de capital. Capra (2002) ao criticar este sistema econômico afirma que o mesmo capitalismo põe em risco e destrói inúmeras comunidades locais pelo mundo inteiro; e, o exercício de uma biotecnologia mal-pensada, violou o caráter sagrado da vida e procurou transformar a diversidade em monocultura, a ecologia em engenharia e a própria vida numa mercadoria.

O termo “sustentabilidade” vem sendo discutido há mais de 40 anos, e neste sentido cabe a reflexão global e paradigmática de que o ser humano não está destruindo a terra (o planeta), mas inviabilizando sua existência nele. Assim, a atividade turística pode fazer com que o ser humano conheça ainda mais o planeta e entenda que deve tentar continuar nele de maneira que possa sobreviver em condições dignas de sobrevivência para as gerações futuras.

Assim, o pensamento em torno da sustentabilidade na visão de Ruschneinsky (2004) obriga a enfrentar um redimensionamento das instituições, dos Estados nacionais, no sentido da centralização ou descentralização das decisões ao que diz respeito à polarização do processo de formulação de políticas públicas, ou ainda da abolição de direitos sociais, bem como descartando o combate à pobreza como um princípio que nutre o bem estar ambiental.

Boff (2003) apresenta a Carta da Terra⁴ como documento mais importante desta reflexão mundial por tratar-se de “um eixo articulador da categoria da inter-retro-relação de tudo com

⁴ “A Carta da Terra está concebida como uma declaração de princípios éticos fundamentais e como um roteiro prático de significado duradouro, amplamente compartilhado por todos os povos. De forma similar à Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, a Carta da Terra será utilizada como um código universal de conduta para guiar povos e as nações na direção de um futuro sustentável”- Secretaria Internacional del Proyecto Carta de La Tierra. *La Carta de la Tierra; valores y principios para un futuro sostenible*. San José, Costa Rica, 1999. p.12.

tudo”. Isso lhe permite sustentar o destino comum da terra e da humanidade e reafirmar a convicção de que formamos uma grande comunidade terrenal e cósmica. As perspectivas desenvolvidas pelas ciências da Terra, pela nova cosmologia, pela física quântica, pela biologia contemporânea e os pontos mais seguros do paradigma holístico da ecologia subjazem ao texto da Carta.

Assim, é possível analisar o quanto o turismo, enquanto atividade marcante da sociedade pós-industrial⁵ pode estar se apropriando destes conceitos amplos de sustentabilidade para chegar a ser uma atividade que produza o conhecimento adequado do ser humano e sua relação com o ambiente. Desta forma, o turismo alternativo se projeta como a maneira mais próxima de se estabelecer essa relação de forma harmônica.

Sachs (2002) ao apresentar em sua obra o entendimento de que a civilização é baseada em “biomassa”, faz refletir que todas as principais civilizações do passado dependiam exclusivamente de produtos da biomassa para a sua vida material: alimentos, ração animal (como é o caso até hoje), e também combustível, fibras para vestimentas, madeira para construção de abrigos e mobiliários, plantas curativas. Assim, o autor argumenta que

Ainda hoje, milhões de “pessoas dos ecossistemas” – habitantes das florestas e população rural – lutam por sua subsistência nos ecossistemas próximos, geralmente de modo criativo, baseado em conhecimento profundo sobre as ocorrências da natureza.

Assim, o autor propõe que é preciso transformar o conhecimento dos povos dos ecossistemas, decodificando e recodificando pelas etnociências, como um ponto de partida para a invenção de uma moderna civilização de biomassa, posicionada em ponto completamente diferente da espiral de conhecimento e progresso da humanidade. O argumento é que tal civilização conseguirá cancelar a enorme dívida social acumulada com o passar dos anos, ao mesmo tempo em que reduzirá a dívida ecológica.

⁵ É importante esclarecer os conceitos de “pós-industrial” e “pós-moderno”. Segundo Trigo (1998, p. 44) trabalhando com os conceitos, para o nível econômico, a sociedade atual recebe o nome de pós-industrial, ao passo que, nos níveis culturais e filosóficos, essas sociedades são denominadas pós-modernas. O que nos remete ao mundo pós-moderno melhor compreendido é o fato de conseguirmos evidenciar as mudanças de um capitalismo industrial para um “capitalismo de serviços”, alterando todo um vasto espaço na sociedade do trabalho, criando novos valores, quebrando paradigmas e fortalecendo a mudança constante.

Na visão de Kothari *et al* (1995) o respeito à diversidade do fluxo da natureza, emana o respeito à diversidade de culturas e de sustentação da vida, base não apenas da sustentabilidade, mas também da igualdade e justiça.

Ruscheinsky (2004) neste sentido, faz refletir que a sustentabilidade consiste

num conceito, a bem da verdade, bastante amplo e admite variações de acordo com interesses e posicionamentos, além do que ainda é recente e por isso mesmo sujeito a ambigüidades e dilemas quanto ao seu uso e significado. Entre cientistas e formuladores de políticas públicas costuma ser sinônimo de controvérsia. Antes de arriscar qualquer definição, vale prestar um pouco de atenção ao significado puro e simples da palavra: sustentável é o que sustenta alguém ou alguma coisa. Talvez esteja aí a raiz da leviandade com que ele vem sendo aplicado a todo tipo de discurso e de projeto, inclusive aos casos mais obscuros ou controvertidos, em que os únicos a serem sustentados são os charlatões travestidos de ambientalistas.

O autor neste momento faz a crítica aos conceitos muitas vezes utilizados como força de expressão à uma sociedade que ainda recusa a alteração de padrões e quebra de paradigmas, utilizando-se de “jargões” para esconder atitudes ainda conservadoras e preconceituosas.

Os critérios de sustentabilidade propostos por Sachs (vide quadro 1) são abrangentes e complexos para uma análise imediata, no entanto, as oito áreas propostas como “diretrizes” para um desenvolvimento sustentável são absolutamente aplicáveis ao modelo metodológico proposto no trabalho.

1. Social:

- Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social;
- Distribuição de renda justa;
- Emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente;
- Igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.

2. Cultural:

- Mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação);
- Capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas);
- Autoconfiança combinada com abertura para o mundo.

3. Ecológica:

- Preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis;
- Limitar o uso dos recursos não-renováveis.

4. Ambiental:

- Respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.

5. Territorial:

- Configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público);
- Melhoria do ambiente urbano;

- Superação das disparidades inter-regionais;
- Estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento).

6. Econômico:

- Desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado;
- Segurança alimentar;
- Capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica;
- Inserção soberana na economia internacional.

7. Política (nacional):

- Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos;
- Desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores;
- Um nível razoável de coesão social.

8. Política (internacional):

- Eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional;
- Um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do joga e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco);
- Controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade;
- Sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de *commodity* da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

Quadro 1: Critérios de Sustentabilidade

Fonte: Sachs, 2002.

Quanto aos critérios da sustentabilidade social pontuados por Sachs, cabe destacar que atividade turística neste sentido, se bem planejada e administrada com seriedade pode empregar a sociedade em diversas funções dentro do Sistema de Turismo na busca de um patamar razoável de homogeneidade social, conforme postulado.

A sustentabilidade cultural no turismo alternativo estabelece critérios que, mesmo para um processo de certificação do turismo, conforme proposta do WWF-Brasil (vide quadro 2) deve ser trabalhada, segundo Sachs respeitando o equilíbrio entre à tradição e inovação da comunidade.

- Harmonia com um sistema internacional de certificação e monitoramento;
- Viabilidade econômica do programa de certificação;
- Viabilidade da unidade de certificação (i.e., roteiros, destinos, companhias);
- Aplicabilidade em nível local;
- Acessibilidade e utilidade, principalmente para pequenas e médias empresas;

- Contribuição e envolvimento dos principais atores e tomadores de decisão;
- Transparência;
- Presença e envolvimento do mercado;
- Interatividade na revisão dos critérios e na melhoria progressiva dos padrões;
- Credibilidade entre todos os principais atores e grupos de interesse (*stakeholders*);
- “Terceira verificação” independente;
- Enfoque em desempenho tanto quanto em processo;
- Enfoque em critérios ambiental e sócio-cultural.

Quadro 2: Fatores fundamentais sobre quais métodos de um esquema de certificação devem ser julgados.

Fonte: Certificação em Turismo - WWF-Brasil, 2001.

No ensejo da discussão entre a harmonia ideal da relação turismo e meio ambiente já descritos por Sachs, reforçado pela WWF em seus critérios operacionais para a certificação, a Organização Mundial do Turismo publicou e utiliza um documento da *International Union for Conservation of Natural Resources* (IUCN) intitulado “Diretrizes para a melhoria da relação do turismo com o meio ambiente”. Neste documento (vide quadro 3), sete itens indispensáveis para o desenvolvimento de projetos turísticos são apresentados como instruções, de forma clara e objetiva, tomando como tema centralizador os argumentos mais diretos para a preservação e conservação da natureza como um todo.

1. As considerações ambientais devem ser completamente incorporadas aos planos de desenvolvimento turístico, principalmente com referência à qualidade do ar e da água (potável e para fins recreacionais), conservação do solo, proteção do patrimônio natural e cultural e qualidade dos povoamentos humanos.
2. As metas do turismo devem basear-se na capacidade de carga dos locais e na sua sustentabilidade ambiental, além de serem compatíveis com o desenvolvimento regional, com as preocupações sociais e com o planejamento do uso da terra.
3. As decisões devem basear-se nas mais completas informações disponíveis referentes às suas implicações ambientais. A avaliação do impacto ambiental (AIA) deve ser aplicada aos grandes desenvolvimentos propostos para avaliar os danos ao meio ambiente à luz do crescimento turístico previsto e da demanda máxima. Devem-se considerar locais alternativos para o desenvolvimento, levando-se em conta os limites do local e a sua capacidade de carga. Essa capacidade abrange fatores físicos, ecológicos, sociais, culturais e psicológicos.
4. Medidas ambientais adequadas em todos os níveis de planejamento devem ser definidas e implementadas. Deve-se prestar uma atenção especial à demanda máxima, ao sistema de esgotos, ao descarte de resíduos sólidos, à poluição sonora e ao controle de densidade de tráfego. Nas zonas mais ameaçadas, programas abrangentes de melhorias devem ser formulados e implementados.
5. Esquemas de incentivo devem ser aplicados tanto aos setores públicos quanto ao privado como forma de estender a demanda no tempo e no espaço, afim de que se consiga o maior aproveitamento das hospedagens.
6. O poder regulador deve ser empregado para limitar os desenvolvimentos em áreas sensíveis, e a

legislação deve ser redigida para proteger os ambientes raros, ameaçados e sensíveis.

7. Como parte dos esforços gerais para evitar a degradação ambiental, porém também em seu próprio interesse, a indústria turística e de viagens deve se opor (recusando-se a participar de desenvolvimentos não-sustentáveis, retirando investimentos através de *lobby* com governos e órgãos da indústria, trabalhando em conjunto com as ONG's) às seguintes práticas:

- despejo de esgoto não-tratado no mar;
- pesca não-sustentável, incluindo a com o uso de explosivos, com linha de pescar longa e a pesca de baleias;
- uso de minas explosivas em corais e coleta destes;
- silvicultura não-sustentável, derrubada das florestas tropicais e desmatamento;
- métodos de construção não-sustentáveis;
- instalação de usinas de energia nuclear perto de áreas turísticas;
- instalação de rotas de navegação para navios-pretroleiros perto de praias balneáveis;
- uso contínuo de produtos com CFC.

E conceder apoio financeiro, com investimentos complementares, através de campanhas para:

- esforços por parte dos governos e de ONG's no sentido de proteger o meio ambiente;
- medidas para reduzir as emissões das usinas de energia elétrica e das fábricas;
- instalação de equipamento de retenção de óleo e de limpeza em posições estratégicas para combater os derramamentos de óleo;
- negociações diretas com representantes dos povos nativos antes de assumir qualquer desenvolvimento que possa afetar sua terra ou seu modo de vida.

Quadro 3: Diretrizes para a melhoria da relação do turismo com o meio ambiente.

Fonte: *Tourism, Ecotourism, and Protected Areas*. Hector Ceballos-Lascurain. *International Union for Conservation of Nature and Natural Resources* (IUCN). Cambridge, UK, 1996 (*apud* Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável – OMT, 2003).

Outro documento que relata de maneira prática as ações necessárias para se estabelecer uma prática sustentável do turismo, é a Declaração de Ecoturismo de Quebec que estabelece universalmente uma agenda preliminar com recomendações para o crescimento das atividades de ecoturismo implementadas sob o conceito do desenvolvimento sustentável.

Todos estes documentos e muitos outros existentes e não mencionados neste trabalho traduzem a necessidade emergente de incorporação de critérios sustentáveis na prática das atividades desenvolvidas pelo ser humano, dentro da complexidade do fenômeno do turismo.

A estratégia metodológica apresentada a seguir foi desenvolvida a partir do interesse em um instrumento que pudesse dimensionar a reflexão na amplitude destes conceitos e idéias, de forma clara, objetiva e prática, por estar investigando justamente ações das organizações do

terceiro setor que atuam com o turismo, na grande maioria dos casos, de baixo impacto (turismo alternativo⁶).

O terceiro setor e sua relação com o planejamento turístico

Compreendendo o terceiro setor como a manifestação da sociedade civil organizada frente às questões mais importantes das comunidades, numa busca de equilibrar as ações do Estado com as da iniciativa privada, é importante analisar onde o turismo, enquanto fenômeno social que interfere nas relações econômicas, culturais e ecológicas da sociedade, se encontra. Na atuação destes organismos instituídos, seja por organizações não-governamentais, associações, institutos ou OSCIP'S, não importando neste caso a tipologia, podem-se perceber muitos projetos, que num caminhar constante começam a somar dentro da cadeia produtiva, uma série de ações que interferem direta e indiretamente no desenvolvimento sustentável da destinação onde o fenômeno do turismo ocorre.

Segundo Anjos (2003), “o planejamento do turismo é um processo que visa minimizar impactos potencialmente negativos, maximizar retornos econômicos nos destinos e, desta forma, estimular a comunidade positivamente em relação à atividade turística”. Para isto, é preciso conciliar o esforço do poder público, o do poder privado e o do “público-privado”, denominado “terceiro setor”.

O envolvimento do Primeiro Setor, o Estado, deve dar-se a partir das políticas estabelecidas para controle da atividade turística, certamente interligadas aos demais componentes de um espaço: a infra-estrutura básica de qualquer destinação. Para o Segundo Setor, a oferta de uma destinação passa a ser o fator de grande movimentação privada de capital, contribuindo economicamente para o sistema onde está inserido. Ao terceiro setor, a participação implica na gestão de todo este processo, pois, na ótica de Hall (2001, p.42) a abordagem comunitária:

É uma forma de planejamento que envolve a comunidade no processo de tomada de decisão, proporcionando uma estrutura para elevar o padrão de vida dos residentes locais por meio dos benefícios econômicos gerados pelo

⁶ O turismo alternativo neste estudo será refletido dentro do conceito trabalhado por Pires (2002, p.111), no qual considera-se como sendo todas as opções de turismo que compartilham diferenças comuns em relação ao turismo convencional, devido a fatores como localização da oferta turística em ambientes naturais e/ou rurais; participação ativa (física, mental e emocional) do turista; geração de benefícios socioeconômicos para anfitriões e valorização de sua cultura.

turismo. Busca desenvolver uma infra-estrutura e oferecer instalações recreativas para residentes e visitantes. Assegura que os avanços ocorridos em centros de visitantes sejam adequados aos objetivos dessas áreas. Nesta direção criam-se programas de desenvolvimento coerentes com as filosofias culturais, sociais e econômicas do governo e das pessoas que vivem na região visitada, otimizando a satisfação dos visitantes. Entretanto, uns dos maiores problemas para a implementação desta abordagem é a natureza política do processo de planejamento e das divergências que podem surgir na estrutura governamental.

Como forma de “minimizar” os possíveis problemas sugeridos por Hall, com relação a natureza política do processo de planejamento, o terceiro setor pode facilitar a articulação entre os atores envolvidos com a atividade, o que pode-se comprovar através de uma prática “inter-espacial”, no sentido de união dos espaços turísticos para articulação integrada, como na formação de clusters ou pólos regionais de turismo.

Esta visão integrada dos espaços implica que as unidades possuam propriedades comuns, ou seja, o estado de cada unidade é controlado, condicionado ou dependente do estado das outras unidades. Assim, o conjunto (cluster) encontra-se organizado em virtude das inter-relações entre as unidades, e seu grau de organização permite que assumam a função de um todo que é maior do que a soma de suas partes, seja em municípios, estados, países ou continentes.

O trabalho que o terceiro setor vem desenvolvendo no âmbito das organizações que atuam com o turismo alternativo, pode de fato, evidenciar que os projetos por elas desenvolvidos refletem substancialmente na sociedade nas quais estão inseridas, contribuindo assim, para o desenvolvimento de um turismo alternativo, que possa enriquecer as comunidades, sob o ponto de vista econômico, social, cultural e principalmente ecológico, a partir da formação de uma consciência mais sensível a estas questões fundamentais.

Modelo de Análise da Atuação das ong's em projetos de turismo sustentável

A partir do levantamento dos projetos que se pretende analisar, como sugestão metodológica para tal avaliação, sugere-se como método central, a análise qualitativa de conteúdo, porque o principal objetivo de tal procedimento, como antes já se referenciou, está na “homogeneização” dos valores empregados de forma direta e indireta no julgamento de importância dos projetos turísticos para as sociedades na qual este interferirá.

A análise qualitativa do conteúdo, segundo Flick (2004) é um dos procedimentos clássicos para analisar o material textual, neste caso, projetos de turismo sustentável. Um de seus aspectos essenciais é o emprego de categorias, obtidas, com frequência, de modelos teóricos: neste caso o “Modelo de Análise da Atuação das ong’s em projetos de turismo sustentável”.

O procedimento da análise qualitativa do conteúdo, na visão de Mayring *apud* Flick (2004), inicia com a definição e seleção dos projetos a serem analisados. Na segunda etapa, analisa-se a situação da coleta de dados (considerando variáveis como perfil do público alvo do projeto e do planejador, instrumentos de coleta de dados para a elaboração do mesmo, tempo e espaço para realização do projeto), seguida de uma caracterização formal do material e o direcionamento dos textos selecionados com base nas teorias que argumentam e justificam o tema central. O processo de análise destes dados continua, então, com uma descrição e interpretação seguida de uma avaliação da atuação geral de todas as instituições proponentes do mesmo.

Esta avaliação, como terceira etapa, pode se dar de maneira comparativa ao “Modelo de Análise da Atuação das ong’s em projetos de turismo sustentável”, montado com base nos principais documentos que estabelecem critérios de desenvolvimento sustentável da atividade turística. Estes documentos são:

- Critérios de sustentabilidade de Ignacy Sachs (2002);
- Declaração de Quebec (2002);
- Diretrizes para melhoria do turismo com o meio ambiente – IUCN/OMT (2003);
- Agenda 21 para indústria de viagens e turismo (1999);
- Fatores fundamentais para certificação em turismo do WWF-Brasil (2001).

Este modelo de análise considera na sua totalidade, cinco pontos essenciais para o desenvolvimento de qualquer projeto ligado à atividade turística sustentável. Estes pontos, se inter-relacionam de maneira sistêmica numa convergência de ações necessárias para sustentabilidade de cada item. De forma gráfica, o modelo se apresenta a seguir, onde evidencia por meio da integração, a atuação em redes.

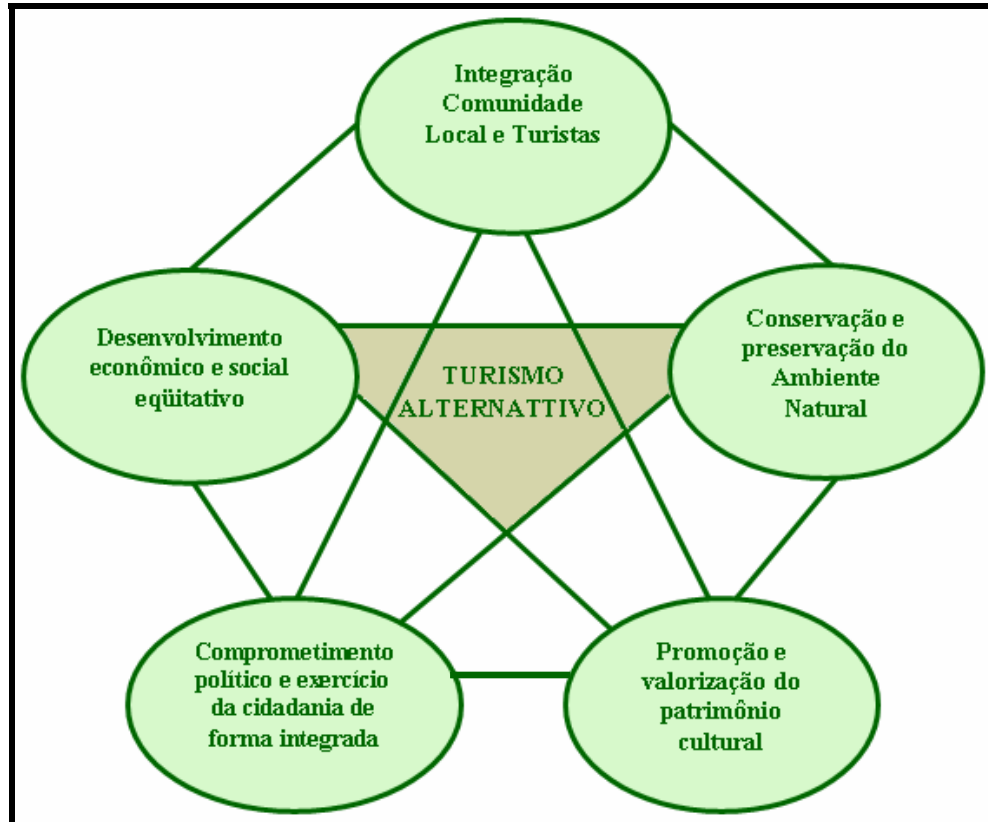


Diagrama 1: Modelo de Análise da Atuação das ONG's: turismo alternativo – diretrizes para o turismo sustentável.

Fonte: WOHLKE, 2005.

Assim, numa rede de relações, podem-se considerar como essenciais para o desempenho do turismo alternativo na gestão das ong's:

- *a integração da comunidade local e turistas*- numa convivência pacífica, de forma a garantir que a experiência turística vivenciada pelo ser humano numa destinação fora do seu lugar de convivência cotidiana não interfira radicalmente nos hábitos e costumes locais. Considerando a ética da hospitalidade como o procedimento básico e fundamental desta integração necessária, a empatia torna-se fator chave para a revelação desta prática moral incidente nas culturas e manifestações históricas de um povo ou comunidade ao longo do tempo. Esta ética pressupõe relação de interesses que possam sustentar a relação de ambos;
- *a conservação e preservação do ambiente natural* como pressupostos indissociáveis da atividade turística, considerando a natureza como matéria prima desta. O turismo alternativo busca justamente a manutenção deste equilíbrio para a garantia, ao menos parcial, do espaço natural adequado para as gerações futuras;

- *a promoção e valorização do patrimônio cultural* - O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio cultural são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania, itens fundamentais para o desenvolvimento do turismo sustentável;
- *o comprometimento político e exercício da cidadania de forma integrada* – todas as ações integradoras de uma comunidade, seja na economia, nas políticas públicas institucionalizadas ou nos seus aspectos culturais e ambientais convergentes, a prática social pela discussão democrática do processo político e da ação cidadã são fundamentais para a gestão de qualquer atividade e pressuposto ideológico que se queira desenvolver na comunidade, afim de beneficiar o turismo e a sociedade.
- *o desenvolvimento econômico e social equitativo* – por ser o turismo uma atividade econômica do chamado “setor terciário – prestação de serviços” esta deve ocorrer (ainda que num sistema capitalista de produção) de forma equitativa, para que todos os setores da sociedade se beneficiem economicamente, excluindo-se assim a possibilidade de ganhos somente para uma minoria.

Cabe destacar que a aplicação do Modelo de Análise da Atuação das ONG's: turismo alternativo – diretrizes para o turismo sustentável pode se dar, também, na avaliação de projetos de turismo por órgãos financiadores ou de fomento da atividade turística, ou mesmo por instituições do primeiro setor, para validação das estratégias relacionadas as diretrizes políticas de cada comunidade. Órgãos como Conselhos Municipais de Turismo, *Convention & Visitors Bureaus* podem utilizar o modelo para os projetos turísticos desenvolvidos nas localidades, independentes da natureza dos proponentes. Considerando o modelo na sua natureza, este é originado em diversos documentos importantes na história das discussões e reflexões sobre a sustentabilidade do turismo no mundo, logo, seus pressupostos podem ser trabalhados de forma coesa, atualizada, global e adequada a cada destinação que desenvolva o turismo, seja como atividade econômica principal ou secundária.

Considerações finais

A questão da sustentabilidade e, assim, o desenvolvimento de toda a sociedade não se dissociam de problemas comuns e intrínsecos como os sociais, os econômicos e os

ecológicos. É preciso pensar a sociedade brasileira como um sistema global, e que a resolução dos problemas econômicos refletem diretamente às soluções dos problemas ecológicos e sociais.

Se o desenvolvimento sustentável pode ser conquistado a partir de um novo pensar sobre a ética desta sociedade com os princípios da atividade turística sustentável, acredita-se que o processo tenha se iniciado em algumas parcelas da sociedade brasileira. Neste sentido, a atuação do terceiro setor, discutida neste trabalho, tenta (ainda que contornando problemas de aceitação e inclusão nas comunidades) sensibilizar a sociedade para um “novo pensar” sobre o meio ambiente natural e sua sustentabilidade através da atividade turística alternativa.

Na esfera das políticas públicas para o turismo, hoje, no Brasil, é crescente a demanda de ações que envolvam todos os atores sociais atuantes no turismo, e, assim, cabe muitas vezes às ong's um papel de “consolidadora” desta atividade na gerência dos projetos de forma a unir os interesses materiais da iniciativa privada com as preocupações ambientais e culturais, sérias para um desenvolvimento sustentável da sociedade e do turismo.

Torna-se muito importante o enquadramento destes trabalhos desenvolvidos pelo terceiro setor no processo de gestão do turismo, como forma de incentivo e reposicionamento de algumas comunidades receptoras neste espaço político e ambiental da sociedade pós-moderna, contribuindo para o processo de planejamento e gestão sustentável da atividade turística.

Os instrumentos metodológicos e o marco teórico de orientação da pesquisa foram fundamentais para contornar as dificuldades encontradas e integrar as partes constituintes deste artigo, unindo assim, a teoria com pressupostos metodológicos para análise da atuação destes organismos em projetos turísticos.

O referencial teórico foi suficiente para estipular parâmetros de análise dos dados obtidos, e o “Modelo de Análise da Atuação das ong's no turismo sustentável” apresentado resulta de um esforço reflexivo com base em juízo de valor pessoal em relação aos conceitos trabalhados universalmente por instituições renomadas, porém, passível de interpretações, estando perfeitamente sujeito à questionamentos externos e auto-avaliação desta e de outros pesquisadores que derem continuidade ao estudo deste tema. Foi criado como ferramenta de

análise ao se trabalhar com todas as informações levantadas no processo de pesquisa de campo e análise qualitativa de projetos. Sugere-se, no entanto, que futuras pesquisas possam dissertar e utilizar deste modelo, aplicando-o em outros estudos podendo assim, sofrer as alterações necessárias e contribuir para a reflexão no tema.

Referências

ANJOS, F. A. **Planejamento do Turismo**: uma reflexão sobre modelos, métodos e enfoques. Texto para debate na disciplina de Planejamento e Gestão Sustentável dos Espaços para o Turismo no Curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Turismo e Hotelaria. Balneário Camboriú: UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí, 2003.

BOFF, L. **Ética e eco-espiritualidade**. Campinas,SP: Verus, 2003.

CAPRA, F. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix – Amanakey, 2002.

CONSERVATION INTERNATIONAL. Disponível em: <<http://www.conservation.org.br>>. Acesso em: 13 mai. 2005.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

HALL C., M. **Planejamento Turístico**: política, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.

IUCN. União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais Renováveis. **Estratégia mundial para a conservação**: a conservação dos recursos vivos para um desenvolvimento sustentado. São Paulo: CESP, 1984.

KOTHARI,A.; SURI,S.;SINGH,N.. People and protected areas: rethinking conservation in India. In: *The Ecologist*. Vol.25, n.25. 1995.

PIRES, P.S. **Dimensões do Ecoturismo**. São Paulo: SENAC, 2002.

RUSCHEINSKY, A. No conflito das interpretações: o enredo da sustentabilidade. In: RUSCHEINSKY, A. (org) **Sustentabilidade**: uma paixão em movimento. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. STROH, P.Y (org). Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. 4 ed. Campinas, SP: Papirus, 1998.

WÖHLKE, M. **A atuação do Terceiro Setor no Turismo Alternativo**: Análise do desempenho das ONG's ambientalistas no Brasil. 2005. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Faculdade de Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2005.

WWF – BRASIL. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. MITRAUD, S. (org). Brasil, 2003.